



GOVERNO FEDERAL

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

SECRETARIA DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS

1ª REUNIÃO DO COMITÊ NACIONAL DE ZONAS ÚMIDAS

04 e 05 de Novembro de 2004

Ministério do Meio Ambiente, Sala de Multimídia do 5º Andar

1. ABERTURA

O Secretário de Biodiversidade e Florestas, João Paulo Ribeiro Capobianco, abriu a reunião, destacando a satisfação em dar início aos trabalhos do Comitê Nacional de Zonas Úmidas.

2. PARTICIPANTES

- Adenilza Mesquita - FBOMS
- Adriana Heibel, representando Rômulo Barreto - DIFAP/IBAMA
- Ana Paula Prates, coordenadora do Núcleo da Zona Costeira e Marinha- SBF/MMA
- André Costa Misi, Divisão de Meio Ambiente - MRE
- Carolina Hazin - Diretoria de Áreas Protegidas/MMA
- Celina Xavier Mendonça – SRH/MMA
- Elvira M. Xavier Vieira – Programa Pantanal, SECEX/MMA
- Fernando Antônio Lyrio - chefe da Assessoria para Assuntos Internacionais do MMA
- João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário de Biodiversidade e Florestas/MMA
- João Paulo Viana - Diretoria de Conservação de Biodiversidade/SBF/MMA
- José Augusto Ferraz de Lima - gerente do Parque Nacional do Pantanal, representando os Sítios Ramsar
- Júlio César Souza de Andrade, representando a Cecília Ferraz - DIREC/IBAMA
- Luiz Paulo Rodrigues Cunha - Secretário-Adjunto do Meio Ambiente do Rio Grande do Sul, representando a ABEMA
- Márcio da Rosa Magalhães Bessa – SRH/MMA
- Marina Faria do Amaral - Diretoria de Áreas Protegidas/MMA
- Maurício Mercadante - Diretor de Áreas Protegidas/SBF/MMA
- Mauro Pichorim - DCBIO/SBF/MMA, representando a CDB
- Michael Becker - Programa Água para Vida, WWF-Brasil
- Peter Mann Toledo - Diretor do Museu Emílio Goeldi, representando o Setor Acadêmico
- Rafaela Daniele Nicola - FBOMS
- Raquel Breda dos Santos - Assessoria Internacional/MMA
- Ricardo Castelli - SQA/MMA
- Ruth Maria Bianchini Quadros - SRH/MMA
- Soraya Vanini Tupinambá - FBOMS
- Tibério Leonardo Guitton - CNA
- Valmir Ortega - Coordenador do Programa Pantanal, SECEX/MMA
- Yara Schaeffer Novelli - Instituto Oceanográfico/USP

3. ITENS DA PAUTA

3.1. APRESENTAÇÃO SOBRE A CONVENÇÃO DE RAMSAR

Carolina Hazin, Ponto Focal Técnico da Convenção de Ramsar no Brasil, apresentou informações gerais sobre a Convenção de Ramsar: histórico, missão, conceitos, funcionamento e atualidades. Chamou a atenção para material sobre a Convenção, inclusive os fascículos para uso racional de zonas úmidas, disponíveis no site www.ramsar.org.br, que ajudam as Partes na implementação da Convenção.

Raquel Breda dos Santos destacou as oportunidades de financiamento a projetos que a Convenção oferece.

3.2. DIAGNÓSTICO DE ZONAS ÚMIDAS

Carolina Hazin explicou sobre o diagnóstico das zonas úmidas brasileiras, o qual tem como objetivo relatar o estado da arte desses ambientes, como passo inicial para futuras tomadas de decisão e para construção de um planejamento estratégico e um plano de ação para as áreas úmidas. Esse levantamento traria uma descrição das ameaças, potencialidades, valores e serviços que essas áreas oferecem, legislação existente. Expôs que o WWF-Brasil seria um parceiro técnico-financeiro na elaboração deste projeto e convidou todos a contribuírem na construção do documento.

Michael Becker reafirmou o interesse do WWF-Brasil em cooperar na implementação da Convenção de Ramsar no Brasil, e demonstrou o interesse da organização em contribuir com a designação de Sítios Ramsar. Destacou ainda a importância da colaboração do Comitê neste processo.

Diversos membros expuseram apoio à construção do documento do diagnóstico e deram sugestões quanto a busca de informações: contratação de consultor, utilização da divisão de áreas úmidas por bacias hidrográficas, interrelação com o Plano Nacional de Recursos Hídricos, inclusão dos grandes reservatórios artificiais, e consulta às Secretarias Estaduais de Meio Ambiente e ao Setor Acadêmico.

Celina Xavier Mendonça, da SRH, ressaltou que o reconhecimento de uma área como Sítio Ramsar tem mais importância internacional que no Brasil e por isso não acredita que a designação de um Sítio seja suficiente para a proteção ou o manejo adequado. Sugeriu que fossem investidos esforços na consolidação dos sítios já existentes com enfoque na divulgação da Convenção através da educação ambiental. Carolina Hazin esclareceu que o tema de educação ambiental não foi incluído nos objetivos do diagnóstico, mas deve ser uma recomendação deste.

Maurício Mercadante reforçou que o diagnóstico deverá auxiliar na determinação de critérios para seleção de potenciais sítios Ramsar a partir da criticidade e representatividade das áreas úmidas levantadas.

3.3. AVALIAÇÃO DO USO DAS RESOLUÇÕES DA CONVENÇÃO

Carolina Hazin explicou a origem e o objetivo do documento “Questionnaire for Officials of Ramsar Affiliated Organizations or Groups”, o qual iria avaliar como organizações afiliadas e pessoas envolvidas com o tema de zonas úmidas aplicam as resoluções da Convenção. Explicou que as resoluções não têm força de lei no país, mas podem servir de guia para diversos procedimentos e para elaboração de normas nacionais. Convidou os membros a fazerem uso desses documentos e a preencherem o questionário.

Yara Novelli levantou a falta de conhecimento sobre a Convenção no Brasil. Luiz Paulo Rodrigues Cunha lembrou que está entre as competências do Comitê “divulgar a Convenção de Ramsar e incentivar a participação da sociedade na sua implementação”. Lembrou ainda que a existência de uma Câmara Técnica do CONAMA para cooperação internacional, que se ativa, poderia ser um espaço para discussões de questões inerentes a zonas úmidas transfronteiriças. Pediu que fosse transmitido à Ministra do MMA, ao seu Secretário-Executivo e ao novo diretor do CONAMA, o fato desta Câmara não estar em funcionamento e que, portanto, deveria ser extinta ou reativada.

3.4. DISCUSSÃO SOBRE CRITÉRIO NACIONAIS PARA DESIGNAÇÃO DE SÍTIOS RAMSAR

Carolina Hazin explicou sobre os oito critérios da Convenção para designação de Sítios, segundo os quais o Brasil teria potencial para designar um grande número de áreas. Considerando que os Sítios Ramsar são reconhecidos internacionalmente e portanto devem ter um manejo especial, é importante uma seleção criteriosa para designação de novas áreas, pois a designação de muitas áreas poderia gerar perda de credibilidade aos Sítios Ramsar. Sugere ao grupo estabelecer critérios nacionais, uma vez que diversas instituições procuram o MMA para designar áreas como sítios Ramsar.

Yara Novelli apontou que outra estratégia a ser conduzida pelo Brasil seria a de indicar áreas problemáticas, como Baía de Guanabara, Baixada Santista e Rio Miranda para serem acrescentadas ao registro de Montreux.

José Augusto Ferraz de Lima propôs que um dos critérios fosse “Áreas Prioritárias definidas pelo Workshop do PROBIO”.

Valmir Ortega, considerando que a designação de áreas protegidas depende muito de mobilização local, contexto regional e disponibilidade de recurso sugeriu que ao invés de se definir critérios nacionais para designação de sítio, fosse elaborada uma estratégia brasileira para designação de sítios. Esta estratégia poderia ser realizada a partir do diagnóstico, e definiria uma

ação propositiva do Governo Brasileiro, fosse no sentido de enfrentar o desafio de sítios ameaçados ou designar áreas mais preservadas.

Carolina Hazin apresentou preocupação com as áreas ameaçadas, mas que a questão de inserir sítios no registro de Montreux deve ser discutida em outra ocasião junto ao MRE. Reforça o objetivo de definir critérios e solicita que os membros do Comitê avaliem a necessidade de defini-los.

André Misi explicou a posição do Itamaraty sobre a inclusão de Sítios Ramsar na lista de Montreux, dizendo que seria colocar o Brasil em evidência negativa no plano internacional.

Michael Becker destacou que a lista de Montreux deve ser discutida com maior profundidade mostrando que existe relevância em identificar áreas prioritárias e os problemas enfrentados.

Valmir Ortega apontou que o que diminui a credibilidade dos Sítios não é ter um número alto de áreas designadas, mas sim não ter capacidade e compromisso do governo e da sociedade em proteger esses sítios. João Paulo destacou que a inclusão de terras indígenas entre os Sítios poderia contribuir para aumentar o peso do Brasil na Convenção.

Ficou definido que seria elaborado um documento com sugestões de critérios para ser avaliado pelo Comitê na próxima reunião.

3.5. DISCUSSÃO SOBRE A “ESTRATÉGIA REGIONAL SUL-AMERICANA”

Carolina Hazin apresentou o histórico da elaboração do documento “Estratégia Regional Sul-Americana”, o qual visa definir a partir plano estratégico da Convenção aquelas atividades aplicáveis aos países da América do Sul. Criticou a minuta do documento já elaborado por não contemplar o consenso das reuniões preparatórias nem tampouco os subsídios enviados pelos países como sugestões para a elaboração da versão presente.

Soraya Vanini levantou a necessidade de termos as metas e prioridades do Brasil definidas. Carolina explica que a definição das metas e prioridades detalhadas será feita pelo Comitê.

Michael Becker e José Augusto Ferraz apoiaram a ação de estabelecer programa de capacitação inserida no objetivo de “Fortalecer a capacidade institucional a nível regional e nacional para a conservação e uso racional de zonas úmidas” do documento. Carolina Hazin apoia a ação de capacitação, inclusive para os gestores de Sítios mas discorda da inserção da autoridades administrativas como público alvo.

Carolina expôs os seis objetivos da estratégia e pediu opinião do Comitê sobre o foco da estratégia regional, que ao seu ver está muito abrangente, não priorizando os problemas que a

região enfrenta, as ações que os países querem implementar, e não fortalece as ações de cooperação.

Michael Becker colocou que os objetivos não são específicos para a América do Sul, mas poderiam ser aplicados a qualquer zona úmida. Rafaela Nicola aprova o desenvolvimento de uma estratégia sul-americana, mas concorda que os objetivos do documento não refletem as peculiaridades da América do Sul.

Luiz Paulo Cunha ressaltou a importância do documento expor objetivos que se enquadrem nas prioridades dos governos para que haja fundos de financiamento disponíveis para efetividade das ações.

Celina Mendonça sugeriu que as ações do documento relacionadas a criação de redes sul-americanas de conhecimento e divulgação não fossem apenas para troca de experiências, mas de atuação conjunta, cooperação.

Carolina Hazin, resumindo a opinião do grupo sobre a estratégia, registra que a mesma é válida, mas precisa ser reformulada acrescentando objetivos que reforcem as ações de cooperação para os ecossistemas regionais. Carolina se comprometeu a levar as opiniões do CNZU a III Reunião Panamericana sobre a Convenção de Ramsar, ocasião na qual o documento seria discutido.

3.6. PROPOSTA DE DESIGNAÇÃO DO COMPLEXO DE ABROLHOS COMO SÍTIO RAMSAR

Ana Paula Prates apresentou histórico e proposta da Conservação Internacional - CI para indicação do Mosaico de Abrolhos como Sítio Ramsar. O Mosaico inclui Unidades de Conservação costeiras e marinhas, Terras Indígenas e o complexo recifal de Abrolhos. Destacou as ameaças que a área sofre atualmente com a possibilidade de instalação de blocos de petróleo na área.

Carolina Hazin pede opinião do grupo sobre a indicação desta área como Sítio Ramsar.

Yara Novelli ressaltou a dificuldade em preencher os formulários para designação de sítios, questionou o fato da iniciativa de indicação partir de uma ONG e apresentou receio quanto a inclusão de terras indígenas em Sítio Ramsar. Ana Paula Prates explicou que para designação de sítio Ramsar, isso não significa problema, mas sim, agregação de valor.

Carolina Hazin considerou a iniciativa da CI muito boa e ressaltou que as iniciativas de designação de sítios não devem sempre partir do governo, pois isso não é uma premissa considerada pela Convenção nem pelo Governo Brasileiro.

Ricardo Castelli perguntou qual seria a implicação sócio-econômica (pesca, turismo e navegação) com relação à área, se teria um plano de manejo ou alguma restrição maior à pesca.

Ana Paula Prates explica que a designação de um sítio Ramsar não impede atividades já em andamento, apenas ordena e dá diretrizes de conservação e uso racional e que a intenção principal é que se reconheça a importância desse banco como um todo e não em fragmentos.

Mauro Pichorim sugere definir processo para designação de novos sítios. André Misi questiona se os limites dos Sítios Ramsar não deveriam coincidir com aqueles de Unidades de Conservação, uma vez que o governo já tem instrumento legal para controlar a ocupação e a utilização da área. Ana Paula Prates explicou que isso não é uma imposição da Convenção. Foram levantadas mais algumas questões sobre delimitação e uso da área em questão.

André Misi demonstrou preocupação do MRE de que o País não tenha meios para cumprir os compromissos assumidos internacionalmente.

Carolina Hazin concluiu a discussão lembrando que se trata de uma proposta a ser amadurecida e que ainda há um longo processo de consulta aos estados, às autoridades locais, diferentes setores do Governo Federal, incluindo o MRE, que serão fundamentais para resolver os entraves.

3.7. DISCUSSÃO SOBRE DOCUMENTO “PRINCÍPIOS PARA O CÓDIGO DE CONDUTA PARA O MANEJO E USO SUSTENTÁVEL DOS ECOSSISTEMAS DE MANGUES”

Yara Novelli informou que a proposta do documento não era considerada válida pelos que trabalham com manguezal e com conservação de zonas costeiras tropicais. Criticou o fato do documento ter sido construído por consultores da International Society for Mangrove Ecosystems (ISME) e não refletir a realidade e as preocupações brasileiras. Sugeriu que o documento não fosse analisado, pois não tinha sido validado pela comunidade dos que trabalham com conservação de manguezal, não só no Brasil, mas também pelo pessoal das Américas e do sudeste Asiático. Informou que em reunião realizada em Washington, no Banco Mundial (2003), o tema foi discutido e foi levantado que fazer uma proposta de um código de conduta para penetrar nos países seria antidiplomático. Foi formalmente solicitado na ocasião que o documento deveria ser discutido nas comunidades de base.

Carolina Hazin informou que o documento seria analisado durante a III Reunião Panamericana da Convenção de Ramsar, no México. Explicou que não havia necessidade de aprová-lo mas de definir uma posição do Brasil com relação ao assunto. Yara Novelli ressaltou a

importância da delegação brasileira levar para a referida reunião as preocupações, principalmente porque as comunidades não têm o menor conhecimento desse tipo de proposta.

Ana Paula Prates apresentou o documento, apontando os pontos mais controversos e que mereceriam mais atenção. Levantou a idéia de levar à Convenção a proposta da retirada da resolução VIII.13, que reconhece tanques de aquicultura como zonas úmidas e perguntou ao grupo se seria o caso de construir um código de conduta nacional.

Soraya Vanini Tupinambá reafirmou a necessidade de debates locais sobre o Código. Colocou a problemática da carcinicultura no Ceará e que estranhamente nunca houve conversa com o representante da ISME deste estado. Demonstrou preocupação que os códigos de conduta possam sobrepujar as legislações nacionais e recomendou cautela do governo para tratar da questão.

3.8. PROPOSTA DE INTEGRAÇÃO PARA A BACIA DO PRATA

Valmir Ortega apresentou histórico da proposta citando problemas enfrentados na região, a intenção do Programa Pantanal de estabelecer uma agenda de cooperação para toda a bacia hidrográfica capaz de articular o conjunto de iniciativas dispersas, que possuem baixa interação e cooperação entre si. Explicou o Sistema Paraguai/Paraná compartilhado pelos cinco países: Argentina, Bolívia, Paraguai, Brasil e Uruguai, e citou os programas que estão sendo desenvolvidos na área (Programa Marco para a Gestão dos Recursos Hídricos da Bacia do Prata, Programa Delta América, Projeto Aquífero Guarani e o Programa Alto Paraguai), entre outras iniciativas. Discorreu sobre eventos que demonstram mobilização das organizações da sociedade civil com algum envolvimento dos governos locais para promover ações voltadas à conservação da Bacia do Alto Paraguai e ampliar a integração e a troca de experiências com outras áreas úmidas no âmbito da Bacia do Prata. Comunicou que paralelamente à III Reunião Panamericana da Convenção esta questão seria discutida no âmbito governamental-institucional.

Rafaela Nicola complementou divulgando oficina que seria realizada durante o Fórum Social Mundial envolvendo organizações não governamentais, movimentos sociais e representantes governamentais dos países para discutir também esta proposta.

3.9. ELABORAÇÃO DO INFORME NACIONAL DA CONVENÇÃO DE RAMSAR

Os membros do Comitê presentes trabalharam na definição de prioridades, disponibilidade de recursos, definição de metas e planejamento de atividades relacionadas as zonas úmidas. Porém não houve tempo suficiente para definição destes aspectos para todos os objetivos operacionais do Plano Estratégico da Convenção.